VINCI COMPASS

Vinci Energia FIP-IE

Relatório de Desempenho Mensal

MARÇO 2026

Sumário

Informações Gerais **3**
Visão Geral do Fundo 3
Destaques **3**
Comentários do Gestor **4**
Estratégia e Destaques 6
Desempenho Financeiro do Portfólio 7
Sobre o Fundo **9**
Organograma Atualizado 9
Performance 9
Rentabilidade 9
PROINFA – Assinatura Aditivo Contratual ..... Erro! Indicador não definido.
Atualização Guidance ..... **Erro! Indicador não definido.**2
Negociação do Fundo na B3 ..... **133**
Ativos de Transmissão **144**
Ativos de Geração **155**
Constrained Off/ Curtailment 177
Contato RI **199**

Informações Gerais

Visão Geral do Fundo

Gestor
Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.

Administrador e Escriturador
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

Código de Negociação – B3
VIGT11

Valor Patrimonial da Cota (31-03-26)
R$ 69,42

Valor de Mercado da Cota[1] (31-03-26)
R$ 48,50

Quantidade de Cotas
8.674.669

Número de Cotistas (31-03-26)
5.206

Taxa de Administração[2]
1,5% a.a.

Taxa de Performance
Não há

Tributação
Alíquota zero sobre ganho de capital e rendimentos para Pessoas Físicas

Destaques

69,42

COTA PATRIMONIAL (R$/COTA)

O valor da cota de mercado do Fundo encerrou o mês de março avaliado a R$ 48,50. Esse valor representa um desconto de 30,1% do valor da cota patrimonial do Fundo de R$ 69,42.

14,1

TIR[3] REAL IMPLÍCITA (% IPCA+)

TIR implícita na cota de fechamento do mês de março (R$ 48,50) é de IPCA + 14,1%, correspondendo a uma taxa de IPCA + 17,2% com Gross Up de imposto de renda, de modo a deixar a taxa comparável com outros investimentos não isentos.

11,3

GERAÇÃO EÓLICA (MWm)

A geração eólica no mês foi de 11,3 MWm o que representou uma geração 27,8% abaixo da meta contratual prevista para o mês. O curtailment[4] representou uma frustração de 2,7 MWm, caso não houvesse essa limitação, a geração realizada seria 10,8% abaixo da meta. No acumulado do ano, conforme Lei nº 5.269/2025 que estabelece o ressarcimento do curtailment de confiabilidade e elétrico, a geração de Mangue Seco ficou 16,6% abaixo da meta contratual.

(1) Valor da cota ex-rendimentos
(2) Inclui remuneração do Gestor, Administrador e Escriturador
(3) TIR implícita ainda não reflete os impactos da assinatura do aditivo do PROINFA
(4) Curtailment ocorre quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) pede que uma usina eólica ou fotovoltaica pare de gerar energia por conta de algum tipo de restrição, como falhas de equipamentos ou segurança do sistema. Há disponibilidade, mas não há geração.

Comentários do Gestor

Cenário Macroeconômico

O cenário global tornou-se mais delicado nas últimas semanas em função do novo choque do petróleo associado à crise no Oriente Médio. Até pouco tempo, o mercado trabalhava com a expectativa de três cortes de 25 pontos-base pelo Federal Reserve ao longo de 2026, em um contexto de desaceleração moderada da atividade, perda de tração do mercado de trabalho e continuidade do processo de desinflação de serviços. A alta recente do petróleo, no entanto, alterou esse equilíbrio. O movimento elevou a incerteza inflacionária de curto prazo e levou o mercado a retirar da curva uma parte importante das quedas de juros que antes pareciam relativamente bem contratadas.

Essa mudança afeta um dos pilares do cenário construtivo para os Estados Unidos. Os dados correntes da economia americana já vinham apontando para desaceleração, especialmente no mercado de trabalho. A criação de empregos perdeu força de maneira expressiva, e indicadores qualitativos também sugerem enfraquecimento gradual da demanda por trabalho. Ainda assim, os mercados permaneceram resilientes porque passaram a olhar menos para os dados correntes e mais para a combinação de política fiscal expansionista com a perspectiva de política monetária mais frouxa à frente. O choque do petróleo tornou justamente essa segunda perna da tese mais incerta. A ajuda da política fiscal continua presente; a ajuda da política monetária, nem tanto.

É verdade que o choque de energia afeta sobretudo a inflação cheia e as expectativas de curto prazo -- os fundamentos da inflação subjacente ainda seguem relativamente benignos. A inflação de serviços, que representa a maior parte do índice de preços nos Estados Unidos, continua em desaceleração, puxada especialmente pelo componente de aluguéis. A queda dos novos aluguéis e a moderação dos salários reforçam a perspectiva de continuidade desse movimento nos próximos meses. Em outras palavras, o Fed continua olhando para um núcleo que não sugere, por ora, um descontrole inflacionário. Mas a margem para novos cortes ficou menor, e o mercado passou a depender ainda mais da evolução do mercado de trabalho para voltar a precificar relaxamento monetário.

No Brasil, o choque do petróleo elevou de forma relevante o grau de incerteza macroeconômica, principalmente por meio de seu impacto sobre as expectativas de inflação de curto prazo. A interrupção da queda das inflações implícitas e a elevação das projeções para 2026 para níveis próximos de 4,5% tornaram o ambiente mais desafiador para a condução da política monetária. Ainda que parte desse choque tenha natureza mais imediata e não necessariamente altere por completo a trajetória de médio prazo da inflação, seu efeito sobre as expectativas reduz a margem de manobra do Banco Central e aumenta a dúvida sobre a magnitude total do ciclo de cortes da Selic.

Foi nesse contexto que o Banco Central iniciou o ciclo de queda de juros com uma redução de 25 pontos-base, ao mesmo tempo em que sinalizou a intenção de continuar promovendo cortes da mesma magnitude nas reuniões seguintes. A autoridade monetária também deixou claro que, em sua avaliação, a política monetária seguia extremamente contracionista e que

o processo em curso representaria uma transição para um patamar ainda contracionista, porém menos restritivo. Essa comunicação, em condições normais, seria suficiente para sustentar a expectativa de continuidade gradual do ciclo. O problema é que a piora recente das expectativas de inflação limita a credibilidade dessa sinalização. Com projeções já se aproximando de 4,5% para 2026, o mercado tende a duvidar da capacidade do Banco Central de entregar um ciclo minimamente relevante de flexibilização sem correr o risco de reabrir a discussão inflacionária mais à frente.

Essa cautela é reforçada pelo fato de que, embora a economia brasileira apresente sinais claros de desaceleração, o ambiente inflacionário deixou de caminhar de forma tão confortável quanto antes. A atividade perdeu força, a massa salarial vem desacelerando, o impulso do crédito segue fraco e a inadimplência das famílias continua elevada. Ao mesmo tempo, a taxa de juros real segue em patamar historicamente muito alto, o que justifica tecnicamente o início da flexibilização. Ainda assim, o choque do petróleo e seu efeito sobre combustíveis e expectativas tornaram mais difícil transformar esse enfraquecimento da atividade em uma trajetória segura de alívio monetário mais profundo. Em outras palavras, o Banco Central até pode continuar cortando juros, mas a convicção do mercado sobre a extensão desse processo ficou bastante menor.

Nosso cenário-base segue contemplando a continuidade de cortes de 25 pontos-base nas próximas reuniões, em linha com a comunicação do Banco Central. No entanto, a mensagem mais importante hoje é que a incerteza sobre o tamanho total do ciclo aumentou substancialmente. O mercado passou a trabalhar com a hipótese de um ciclo bem mais modesto, justamente porque a elevação das expectativas de inflação enfraquece a confiança de que o BC conseguirá ir muito além desse ritmo inicial sem encontrar resistência adicional. Assim, mesmo que a Selic continue caindo no curto prazo, a profundidade do movimento tornou-se muito mais dependente da evolução do petróleo, da recomposição das expectativas inflacionárias e da capacidade do Banco Central de preservar credibilidade em um ambiente mais adverso.

Há uma nuance importante no caso brasileiro atual: o choque do petróleo não produz apenas efeitos negativos. Como o petróleo se tornou um componente central da pauta exportadora do país, sua alta também melhora receitas públicas e contas externas. Isso não elimina o impacto inflacionário de curto prazo, mas torna o balanço macroeconômico mais ambíguo do que em economias importadoras líquidas de energia. A balança comercial robusta e o enfraquecimento global do dólar continuam atuando como fator de contenção para o câmbio doméstico.

Por fim, a essa incerteza externa soma-se a crescente relevância do cenário eleitoral doméstico. A evolução das pesquisas e a perspectiva de novas candidaturas vêm se tornando um elemento cada vez mais importante para a precificação dos ativos brasileiros. Isso ocorre porque o tamanho do ciclo de queda de juros não dependerá apenas da inflação e do petróleo, mas também do prêmio de risco fiscal embutido na curva doméstica. Em um ambiente no qual o mercado já vê com ceticismo a possibilidade de cortes mais relevantes, qualquer deterioração adicional das expectativas fiscais ou eleitorais tende a reforçar a leitura de que o ciclo será curto e superficial. Por outro lado, uma melhora no ambiente externo e um cenário político doméstico mais favorável poderiam reabrir espaço para uma flexibilização mais

extensa. Por ora, porém, a combinação entre choque do petróleo, expectativas mais altas e incerteza eleitoral recomenda cautela.

Em síntese, o cenário segue construtivo, mas tornou-se mais incerto e mais dependente da evolução de variáveis geopolíticas e políticas. Nos Estados Unidos, a economia desacelera, mas ainda encontra suporte na política fiscal e em um núcleo de inflação relativamente comportado; o choque do petróleo, porém, reduziu a visibilidade sobre a trajetória de juros. No Brasil, o Banco Central iniciou o ciclo de cortes porque reconhece o grau excessivo de restrição monetária, mas a profundidade desse processo tornou-se muito mais incerta. O pano de fundo continua sendo o de transição para um ambiente potencialmente mais favorável aos ativos, mas essa transição agora exige mais cautela, mais seletividade e maior atenção à evolução dos riscos.

Estratégia e Destaques

O Vinci Energia FIP-IE é um Fundo de investimento em participações em ativos de infraestrutura. Sua estratégia tem como base a construção de um portfólio composto por participações societárias em ativos de Geração e Transmissão de energia, operacionais, e que apresentem retorno esperado de 350bps acima da NTN-B longa, no momento de aquisição, e que tenham receitas indexadas pela inflação. A estratégia do Fundo visa proporcionar a distribuição de rendimentos periódicos para os cotistas.

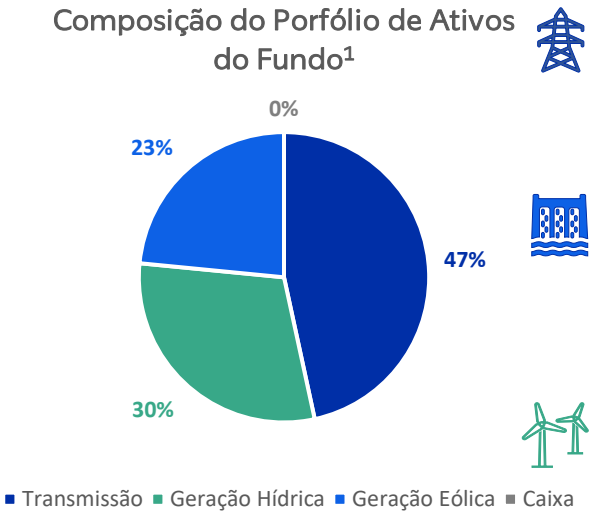
A cota de mercado do Fundo encerrou o mês de março negociada no valor de R$ 48,50 na B3 o que representa um desconto de 30,1% em relação ao valor da cota patrimonial do Fundo de R$ 69,42. A TIR Real implícita da cota de mercado, com base na avaliação patrimonial realizada em dezembro/25 é de 14,1% ou 17,2% com gross-up (de forma a comparar o retorno equivalente ao de instrumentos financeiros que têm tributação de imposto sobre a renda).

No dia 31 de março de 2026, os ativos de geração de energia hídrica, firmaram os aditamentos dos contratos de venda de energia junto ao PROINFA, prorrogando o prazo original contratado em 20 anos. Isso representa uma receita nominal adicional acumulada de aproximadamente R$ 760 milhões.

Dentre as principais alterações decorrentes das novas condições contratuais, podemos destacar a prorrogação do prazo do contrato por mais 20 anos com prorrogação automática da outorga para 2048, a alteração do índice de reajuste de IGP-M para IPCA, a aplicação do novo preço de energia de R$ 407,36/MWh que passa a vigorar a partir de 01/04/2026 e o fim do benefício de 50% de desconto no pagamento da TUSD (impacto de R$ 720 mil ao ano).

Considerando o último laudo de avaliação do Fundo e a assinatura do aditivo contratual, são esperados impactos positivos relevantes, tanto na marcação patrimonial, quanto nas projeções do guidance de distribuições futuras a partir de 2028.

Especificamente para o ativo ESPRA, considerando o aditamento do contrato do PROINFA, é esperada uma apreciação de aproximadamente 40% no valor do ativo, em decorrência principalmente do novo preço de energia, garantido até 2048. Em uma visão consolidada do portfólio, é esperado um aumento da participação dos ativos hídricos na carteira e um impacto patrimonial positivo no fundo, superior a 20%.



Ativos de Transmissão representam grande parte do portfólio, contribuindo para maior previsibilidade e estabilidade do Fundo.

Ativos de Geração Hídrica sem exposição ao Curtailment, com seguro para risco hidrológico, que possibilitam uma receita estável e previsível. Além disso, há a possibilidade de renovação do Programa Proinfa por mais 20 anos, com incremento relevante da receita, a partir de 2028.

Geração Eólica permanece sofrendo com os cortes impostos pelo ONS. Entretanto, o setor caminha para buscando soluções para os ressarcimentos ou eventuais rateios de cortes, que seriam benéficos para os ativos eólicos do Fundo.

Resultado e Indicadores Operacionais

Durante o mês de fevereiro, as transmissoras operaram com 100% de disponibilidade. No segmento de geração, os parques eólicos de Mangue Seco registraram geração de 11,3 MWm, representando queda de 27,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, conforme Lei nº 5.269/2025 que estabelece o ressarcimento do curtailment de confiabilidade e elétrico, a geração de Mangue Seco ficou 16,6% abaixo da meta contratual.

Já as PCHs de ESPRA apresentaram geração aproximada de 32,8 MWm, o que representa um aumento de 330,4% frente ao mesmo mês de 2025. Importante destacar que a companhia integra o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e possui seguro contratado para 100% do GSF que atingiu 94,5% em março. Dessa forma, a geração de caixa com a energia vendida no contrato não sofre alteração em função da geração efetiva ou do GSF.

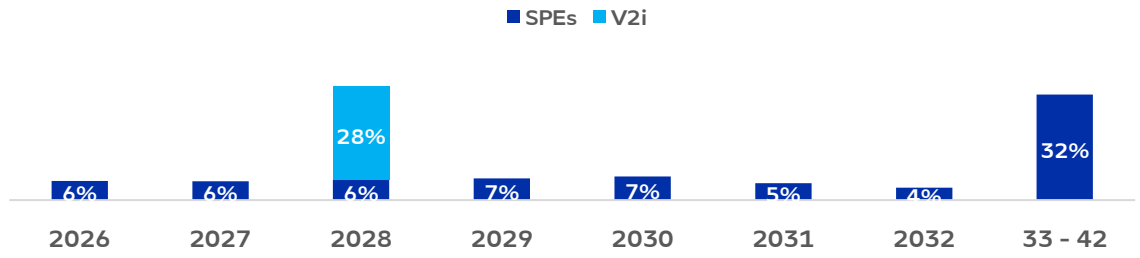
Desempenho Financeiro do Portfólio

O portfólio do fundo apresentou, em fevereiro, um EBITDA de R$ 15,0 milhões, com margem de 81%. No mês de março, foram realizados pagamentos de R$ 8,9 milhões referente a juros, remuneração de APRs e amortizações. Em 31 de março, a dívida líquida consolidada da Companhia totalizava R$ 630,2 milhões, com um índice Dívida Líquida/EBITDA de 3,1x.

(1) Considera a concentração com base no valor justo dos ativos, ainda não considera o aditivo do PROINFA

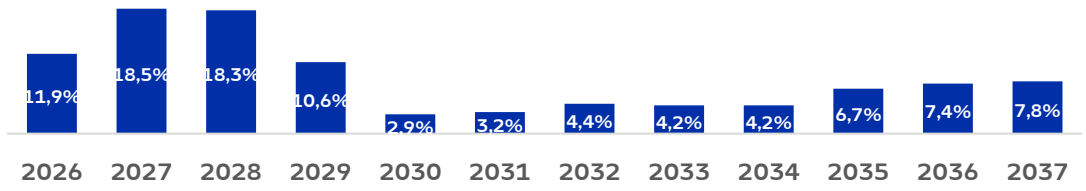
Empréstimos e Financiamentos (mar/26)	Dívida Bruta (R$ milhões)	Vencimento	Indexador	Spread
LEST	**230,8**			
Financiamento BNB	*194,3*	*out/38*	*IPCA*	*2,36%*
Debênture 12.431	*36,5*	*mar/34*	*IPCA*	*5,36%*
Arcoverde	**165,4**			
Financiamento BNB	*113,7*	*dez/38*	*IPCA*	*1,46%*
Debênture 12.431	*51,6*	*jul/42*	*IPCA*	*5,02%*
TPAE	**33,1**			
Dívida Bancária	*33,1*	*out/30*	*IPCA*	*5,50%*
Mangue Seco 1, 3 e 4	**100,6**			
Financiamento BNB	*100,6*	*jul/31*	*Pré*	*7,13%*
ESPRA	**3,0**			
Financiamento BNB	*3,0*	*jun/26*	*Pré*	*8,08%*
V2i	**246,6**			
Debênture 2a emissão	*246,6*	*jan/28*	*CDI*	*2,85%*
Total	*779,4*		*-*	*-*

Fluxo de Amortização e Resgates (%)



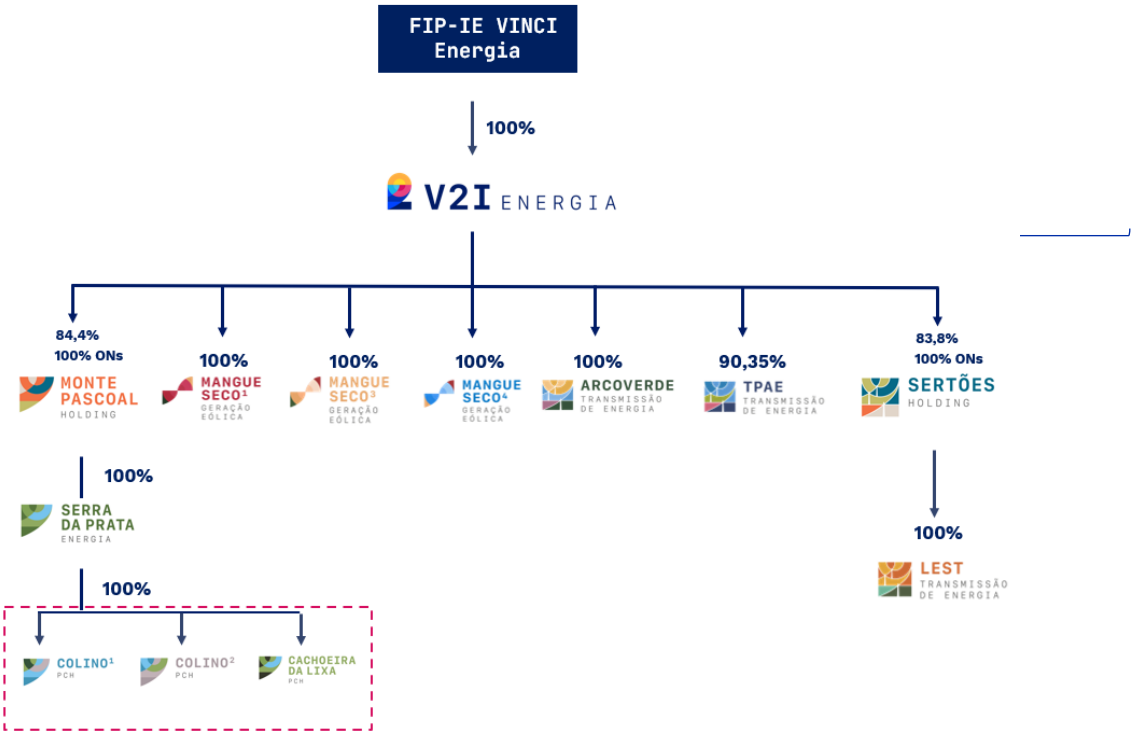
As ações preferenciais apresentam um saldo global de R$ 253,6 milhões em março de 2026, e possuem o cronograma de recompra conforme gráfico abaixo:

Cronograma Recompra APRs (%)



Sobre o Fundo

Organograma Atualizado

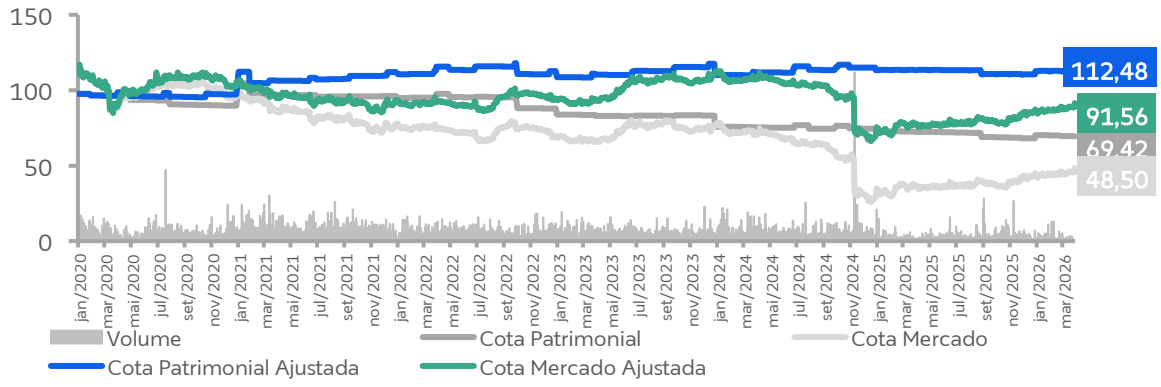


Performance

Distribuições	Rentabilidade desde o Início	Rentabilidade no Ano YTD	Rentabilidade no mês
Desde Início: R$ 43,21 **No Ano:** R$ 0,74	-8,3%	9,4%	5,3%

Valores com base na cota ajustada pelos dividendos distribuídos.

Rentabilidade



PROINFA - Assinatura Aditivo Contratual

No dia 31 de março de 2026, os ativos de geração de energia hídrica operados pela V2i Energia, investida do Fundo Vinci Energia, firmaram os aditamentos dos contratos de venda de energia junto ao PROINFA, prorrogando o prazo original contratado em 20 anos. Isso representa uma receita nominal adicional acumulada de aproximadamente R$ 760 milhões[1]. Abaixo, seguem as principais alterações decorrentes das novas condições contratuais:

I. **Prorrogação de Prazo:** o contrato foi aditado por 20 anos, levando o seu vencimento original de 2028 para 2048;

II. **Prorrogação de outorga:** as outorgas vincendas entre os anos de 2042 e 2044, foram automaticamente estendidas para o novo vencimento do contrato, podendo ser prorrogadas por mais 30 anos, a partir de 2048;

III. **Seguro de Risco Hidrológico:** fica garantido aos ativos, a permanência no mecanismo de repactuação do risco hidrológico (GSF), com a cobertura do Seguro SP100 garantindo a entrega de 100% da energia contratada até 2048;

IV. **Alteração do Índice de Reajuste do Contrato:** O preço da energia contratada, passa a ser atualizado anualmente pelo IPCA e não mais pelo IGP-M;

V. **Novo Preço de Venda de Energia:** o novo preço de venda de energia será de R$ 407,36/ MWh e passa a vigorar a partir de 01/04/26. O novo preço é 13,7% menor que preço atual, entretanto, é aproximadamente 65% maior do que a projeção de preço de energia utilizada no último Laudo de avaliação patrimonial;

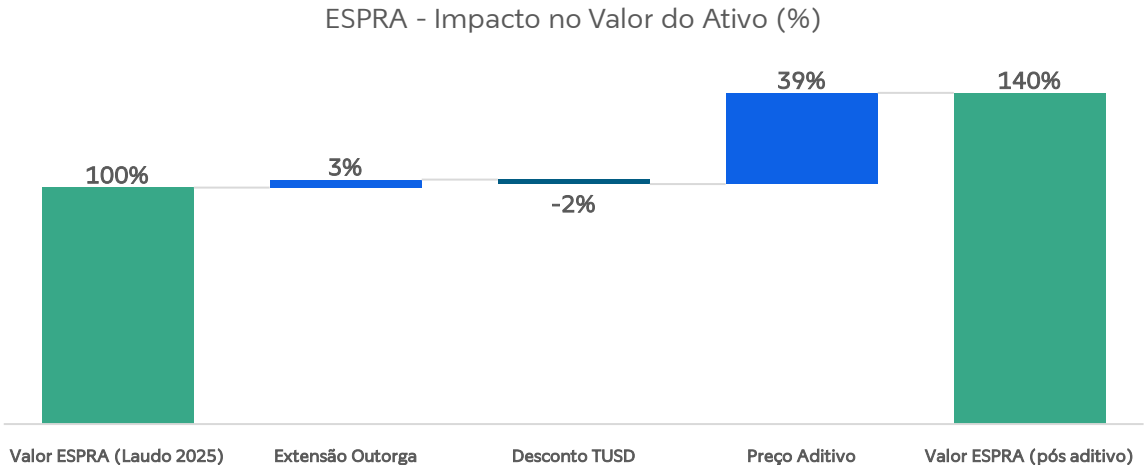
VI. **Desconto da TUSD:** a partir do aditamento, o benefício de 50% de desconto no pagamento da TUSD, deixa de existir e o encargo passa a ser cobrado na íntegra. O incremento na cobrança, representa um aumento anual nos custos de aproximadamente R$ 720 mil.

Impactos e Resultados Esperados para o Fundo

Considerando o último laudo de avaliação do Fundo e a assinatura do aditivo contratual, são esperados impactos positivos relevantes, tanto na marcação patrimonial, quanto nas projeções do guidance de distribuições futuras a partir de 2028.

Especificamente para o ativo ESPRA, considerando o aditamento do contrato do PROINFA, é esperada uma apreciação de aproximadamente 40% no valor do ativo, em decorrência principalmente do novo preço de energia, garantido até 2048.

(1) Impacto calculado em relação as projeções originalmente consideradas no último Laudo de avaliação patrimonial



Extensão Outorga

As outorgas foram automaticamente prorrogadas para 2048[1].

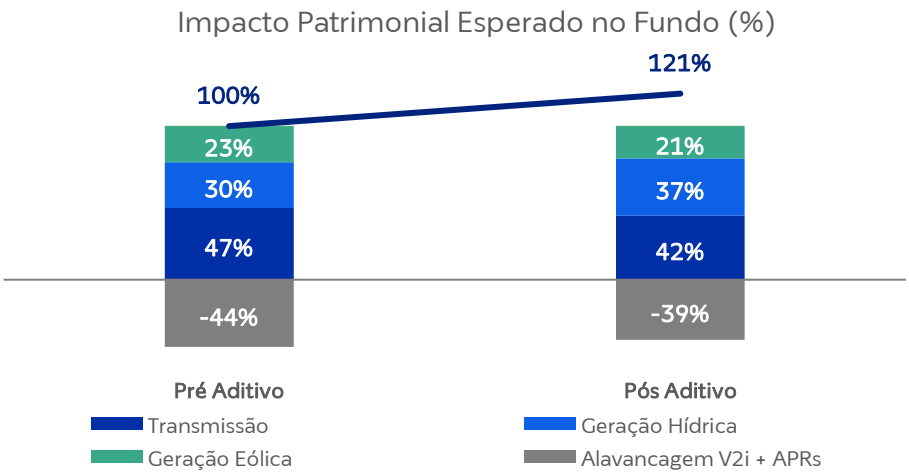
Desconto TUSD

O benefício de 50% de desconto no pagamento da TUSD, deixa de existir e passa a ser cobrado na Íntegra.

Preço Aditivo

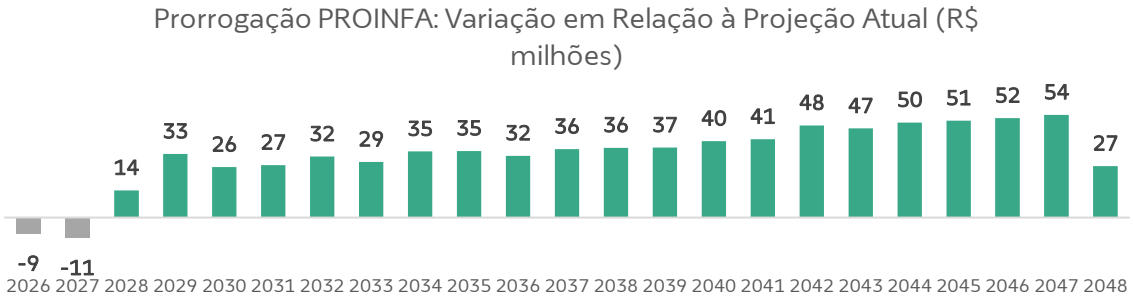
O novo preço de venda de energia será de R$ 407,36/ MWh e passa a vigorar a partir de abr/26.

Dada a valorização do ativo ESPRA, numa visão consolidada do portfólio, é esperado um aumento da participação dos ativos hídricos na carteira e um impacto patrimonial positivo no fundo, superior a 20%.



Os impactos positivos no fluxo de caixa decorrentes da assinatura do aditamento, serão fortemente percebidos a partir de 2028, quando originalmente o contrato seria encerrado e a venda de energia ocorreria através do mercado livre. Em uma comparação com as projeções até então vigentes no laudo de avaliação patrimonial, podemos observar conforme gráfico abaixo, um impacto total positivo nominal, de aproximadamente R$ 760 milhões.

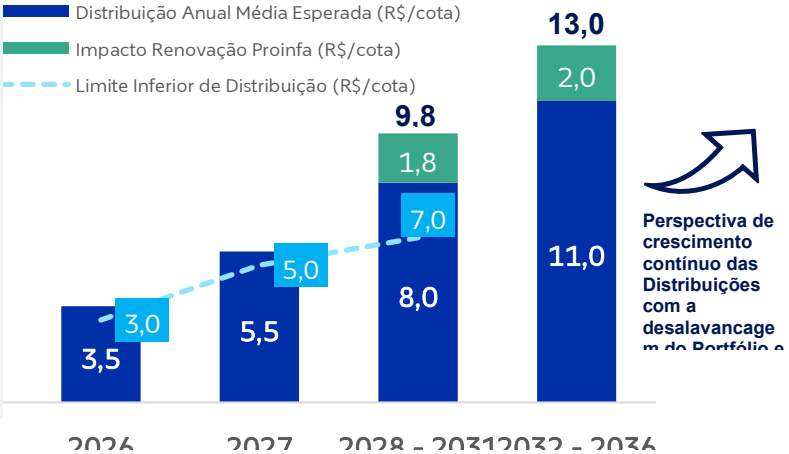
(1) Possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a partir de 2048.



Para o Guidance de longo prazo, os rendimentos serão potencializados em aproximadamente 2 reais por cota, representando um aumento de aproximadamente 20% no yield do Fundo a partir de 2028.

Em relação aos de 2026 e 2027, o Guidance se mantém inalterado respeitando as últimas divulgações do Fundo.

O guidance de distribuições, reflete a expectativa atual do Fundo quanto ao seu potencial de geração e distribuição de caixa ao longo do tempo, considerando o portfólio existente e premissas financeiras, macroeconômicas e operacionais vigentes.



Premissas Consideradas	*2026*	*2027*	*2028 – 2031[1]*	*2032 – 2036[1]*
Curtailment (%)	*15,0%*	*15,0%*	*7,5%[3]*	*0%[3]*
Preço Energia (R$/MWh – out/25)	-	-	*190*	*215*
CDI médio	*13,4%*	*11,7%*	*10,1%*	*10,0%*
IPCA	*4,2%*	*4,2%*	*4,0%*	*4,0%*

(1) Valores médios no período

Cronograma de Distribuição de Resultados

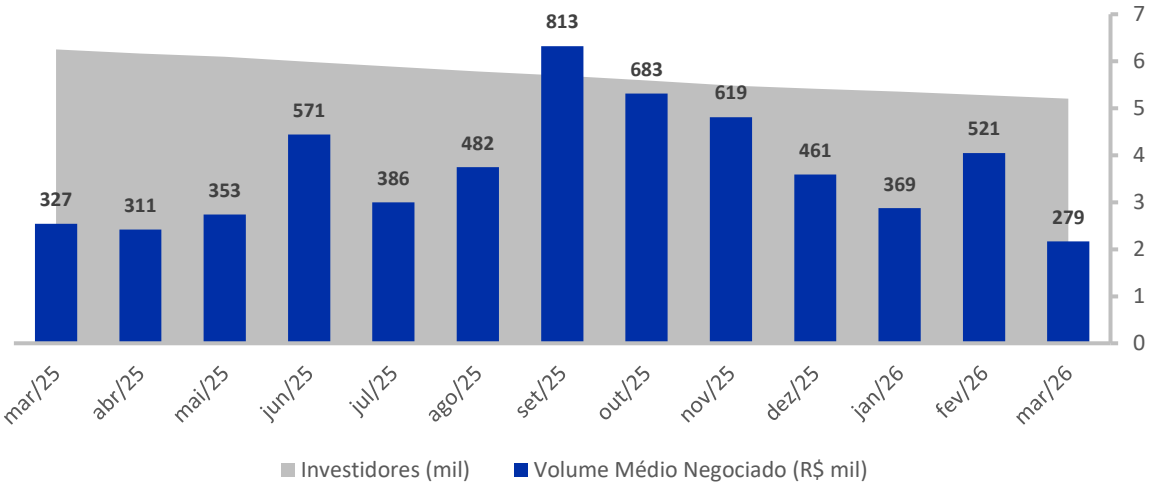
As distribuições do fundo são mensais sendo as datas de anúncio no último dia útil de cada mês e as datas de pagamento no 5º dia útil do mês seguinte.

DATA DE ANÚNCIO	DATA DE PAGAMENTO	Projeção de Pagamentos
31/03/2026	08/04/2026	0,25
30/04/2026	07/05/2026	0,25
29/05/2026	05/06/2026	0,25
30/06/2026	07/07/2026	0,25
31/07/2026	07/08/2026	0,25
31/08/2026	07/09/2026	0,25
30/09/2026	07/10/2026	0,27

Negociação do Fundo na B3

Informação da B3	Março/26
Valor de Mercado (R$ mil)	420.721
Número de Cotistas	5.206
Presença diária em Pregões	100%
Volume Diário Médio Negociado (R$ mil)	278,86
Giro (% de cotas negociadas no mês)	1,60%

O Fundo encerrou o mês de março com 5.206 cotistas. O valor de mercado do Fundo é de R$ 420,7 milhões, o que representa um desconto para o valor patrimonial do Fundo de 30,1%. O volume médio diário de negociação foi de aproximadamente R$ 278,9 mil, o que representou um giro equivalente a 1,60% das cotas do Fundo.



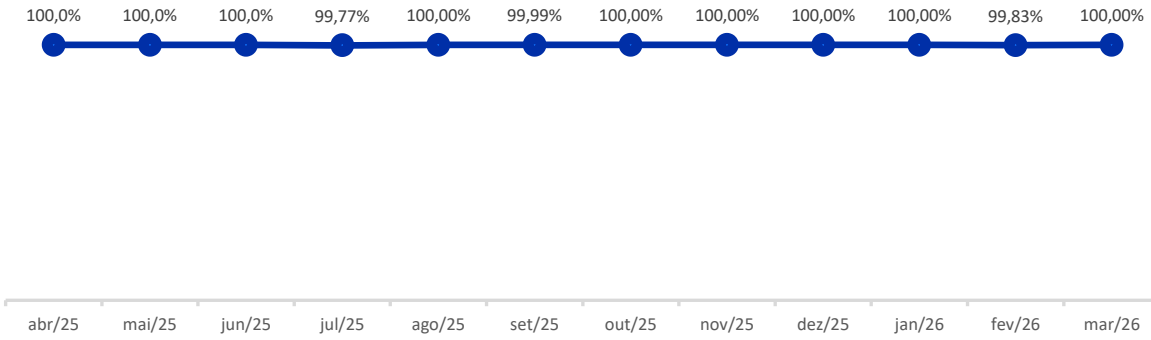
Ativos de Transmissão



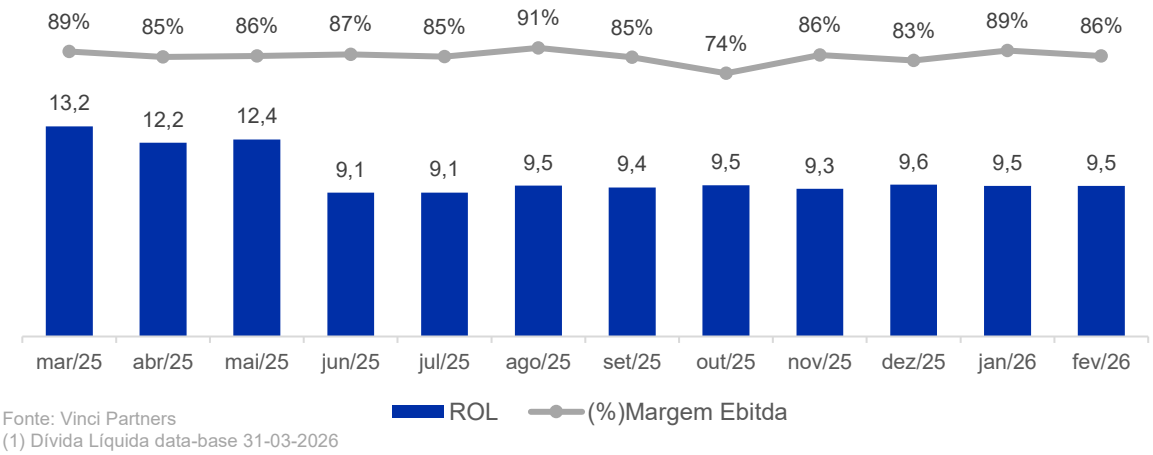



Transmissão	LEST	Arcoverde	TPAE
Extensão	198 km	139 km	12 km
RAP anual ciclo 25-26 (R$ milhões)	67	37	12
Fim da Concessão	2047	2047	2039
Dívida Líquida[1] (R$ milhões)	214	156	28
Participação no EBITDA do Portfólio	26,8%	13,8%	4,2%

Disponibilidade das Transmissoras (%)



Dados Financeiros (R$ mm)



Fonte: Vinci Partners
(1) Dívida Líquida data-base 31-03-2026

Ativos de Geração Hídrica

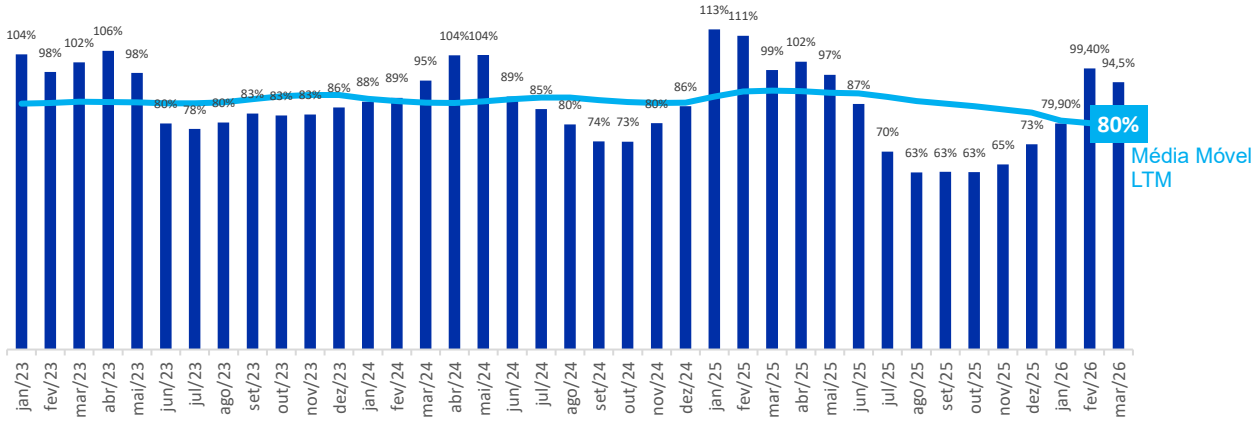




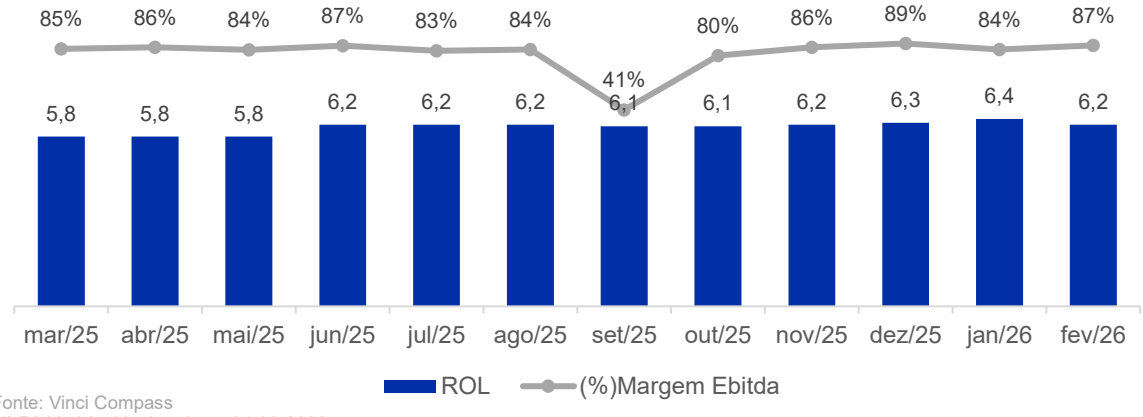


Geração Hídrica	ESPRA		
	Cachoeira da Lixa	Colino 1	Colino 2
Leilão	PROINFA	PROINFA	PROINFA
Capacidade Instalada	14,8 MW	11 MW	16 MW
PPA ciclo 25-26 (R$ / MWh)	472	472	472
Fim PPA	abr/28	ago/28	jun/28
Final da Operação[1]	2063	2063	2063
Dívida Líquida[2] (R$ mm)		-15	
Participação no EBITDA do Portfólio		28,1%	

Dados Operacionais - Geração MRE (GSF)



Dados Financeiros (R$ mm)



Fonte: Vinci Compass
(1) Dívida Líquida data-base 31-03-2026

Ativos de Geração Eólica

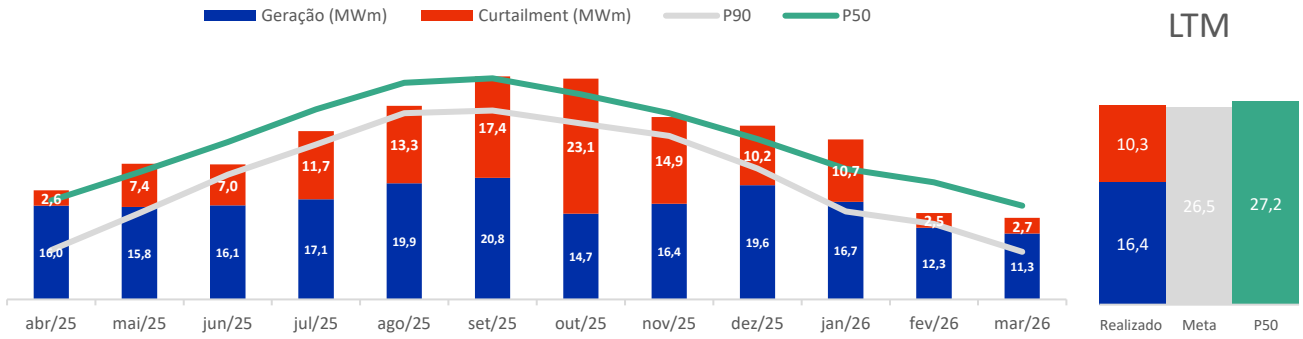
Geração Eólica	Mangue Seco 1	Mangue Seco 3	Mangue Seco 4
Leilão	LER 003/2009	LER 003/2009	LER 003/2009
Capacidade Instalada	26 MW	26 MW	26 MW
PPA² ciclo 25-26	R$ 363 / MWh	R$ 363 / MWh	R$ 363 / MWh
Fim PPA	jun/32	jun/32	jun/32
Fim Autorização	2045	2045	2045
Dívida Líquida¹ (R$ mm)	19	-12	16
Participação no EBITDA do Portfólio		27,1%	





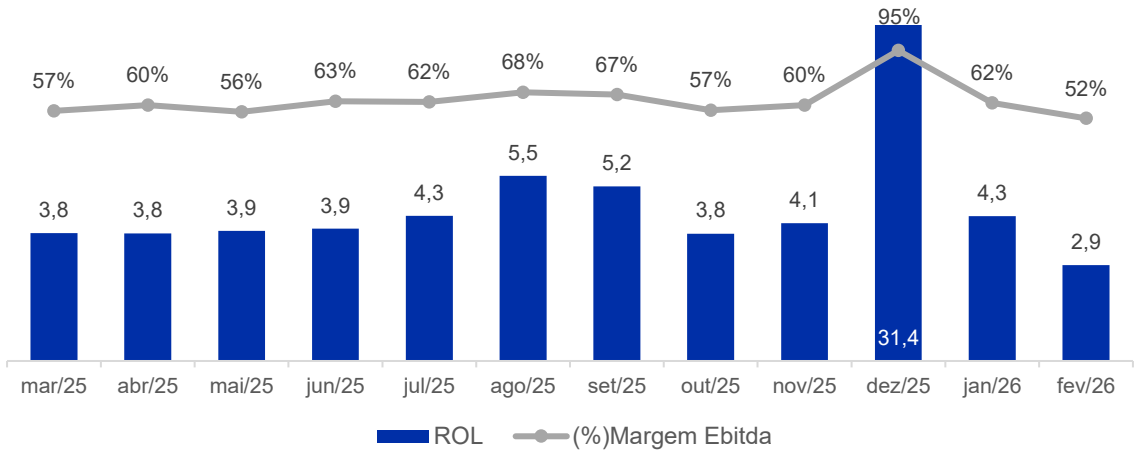


Dados Operacionais – Geração Eólica



Dados Financeiros (R$ mm)

Reversão de provisão relacionado a impactos de curtailment (cortes de geração) determinados pela ONS



Fonte: Vinci Partners
(1) Dívida Líquida data-base 31-03-2026

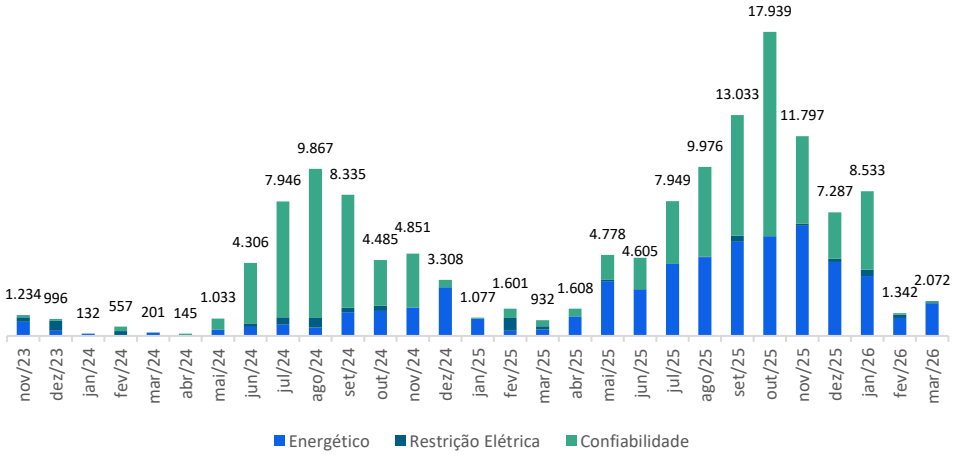


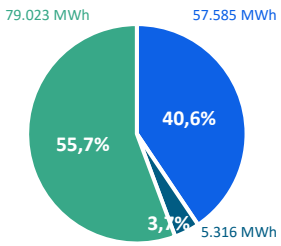
Constrained Off/ Curtailment

O setor elétrico continua discutindo soluções para o problema do curtailment. A Lei nº 15.269/2025, que prevê uma solução parcial de ressarcimento pelas frustrações de geração (curtailment), mediante compensação dos cortes por indisponibilidade externa e por razão elétrica, retroativos a 01/09/2023.

A Lei nº 15.269/2025 ainda depende de regulamentação, mas já existe a previsão de que seja assinado um Termo de Compromisso. Esse Termo deve levar as empresas eólicas a renunciarem a ações judiciais que questionam os cortes, hoje parada no STJ. Caso essas ações sejam retiradas, as geradoras eólicas da companhia, terão direito a receber um ressarcimento de cerca de 59,4% das perdas acumuladas até março de 2026.

Classificação do Curtailment (MWh)





O Ministério de Minas e Energia instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para regulamentação do referido Termo de Compromisso e as contribuições foram recebidas até dia 16/01/2026.

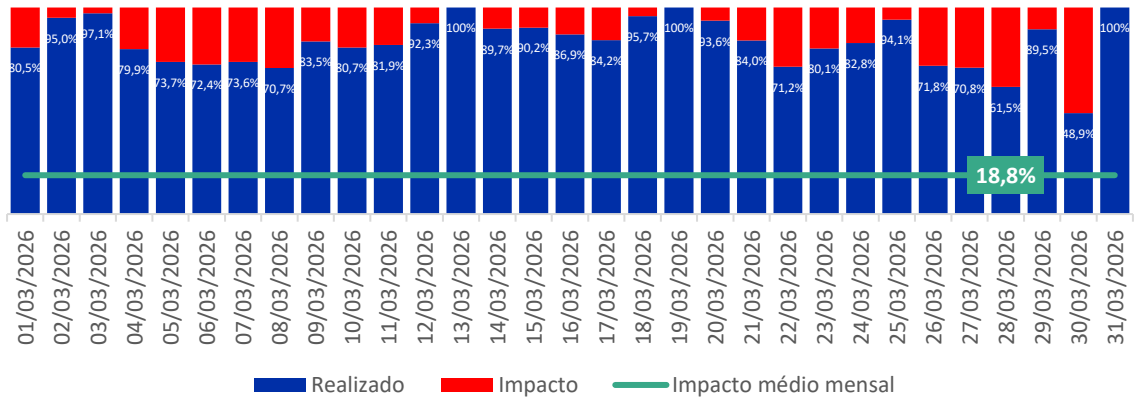
Paralelamente, em 30/12/2025, através do comunicado 971, a CCEE suspendeu todas as cobranças dos ressarcimentos de usinas eólicas até que seja publicada a regulamentação da Lei nº 15.269/2025.

Em jan/26, a ANEEL concedeu medida cautelar no processo administrativo de interesse dos geradores eólicos, determinando a suspenção por 90 dias, dos ressarcimentos estabelecidos na contatação de energia de reserva.

As principais alterações que ainda precisam ser aprovadas pela diretoria da agência, se baseiam na criação de uma ordem de prioridade para os cortes, organizada em blocos e na implementação de um mecanismo de rateio na etapa de pós-operação.

A expectativa é que fontes que apresentam flexibilidade e custos mais elevados para o consumidor ou com capacidade de armazenamento, sejam cortadas antes das fontes renováveis.

(1) Dados retirados da ONS



O *curtailment* representou cerca de 18,8% da geração potencial no mês de março. A geração efetiva no mês de março foi 11,3 MWm, enquanto os cortes de geração alcançaram 2,7 MWm no período. Em março, os cortes foram distribuídos da seguinte forma: 4,4% por motivos de confiabilidade, 3,3% por restrições elétricas e 92,3% por razões energéticas.

Contato RI

www.vincifundoslistados.com

ri@vincifundoslistados.com

+55 (21) 2159-6222

PARA SE CADASTRAR NO MAILING, CLIQUE **AQUI**.

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos

Este material foi elaborado pela Vinci Real Estate Gestora de Recursos Ltda. ("Vinci RE"), tendo caráter meramente informativo e não foi objeto de auditoria específica. Este material foi preparado com base em informações pertencentes à Vinci RE e outras informações disponíveis ao público. As informações contidas neste documento são materialmente precisas até a data a que o documento se refere. A Vinci RE usa informações de fontes conhecidas por sua confiabilidade e boa-fé, mas isto não representa nem endossa a precisão ou confiabilidade de nenhuma dessas informações e a Vinci não se responsabiliza pelo teor dessas informações. A Vinci RE não garante as estimativas ou projeções quanto a eventos que possam ocorrer no futuro (incluindo projeções de receita, despesa, lucro líquido e desempenho de ações) contidas neste material. Os resultados reais podem variar das projeções e tais variações podem ser significativas. Nada aqui contido é, ou deve ser entendido como, uma promessa ou representação do passado ou do futuro. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. A Vinci RE se exonera, expressamente, de toda e qualquer responsabilidade relacionada ou resultante da utilização deste material. Este material foi preparado exclusivamente para fins informativos e não deve ser interpretado como uma solicitação ou oferta de compra ou venda de quaisquer valores mobiliários ou instrumentos financeiros relacionados. A Vinci RE não interpreta o conteúdo deste material como consultoria jurídica, contábil, fiscal ou de investimento ou como recomendação. Este material não pretende ser exaustivo ou conter todas as informações que a Vinci RE possa exigir ou ser exigida. Nenhum investimento, desinvestimento ou outras ações ou decisões financeiras devem se basear apenas nas informações contidas neste material.